




ILMO. SR. PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ

Pregão Eletrônico nº 06/2022

Processo Licitatório nº 15/2022

 **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.261, 18º andar, São Paulo, Capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.074.175/0001-38, com endereço eletrônico: esclarecelicita@bbmapfre.com.br, vem, respeitosamente, por seu representante, com fulcro no art. 41, §2º, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações) e nos princípios constitucionais que regem o procedimento licitatório, **IMPUGNAR** e solicitar **ESCLARECIMENTOS** do instrumento convocatório em epígrafe.

Pondera, desde já, a possibilidade de sua retificação para excluir os vícios abaixo indicados.

Caso não seja esse o entendimento de V. Sa., o que se cogita por mero argumento, solicita o recebimento desta impugnação, no efeito suspensivo, e sua remessa à autoridade superior.

São Paulo, 10 de março de 2022.

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A



I - TEMPESTIVIDADE

O item 4.1 do edital de licitação em epígrafe estabelece o prazo para solicitação de esclarecimentos em até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura da sessão pública do certame.

“4.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com **antecedência de até 03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.”

Com efeito, estando a sessão de abertura do certame designada para o próximo dia **15.03.2022**, é tempestiva essa impugnação.



II – FATOS

Trata-se de licitação, na modalidade pregão eletrônico, para contratação de seguro para a frota municipal cujo edital exige cobertura para **ônibus** com base na **Tabela FIPE**, Acidentes Pessoais por Passageiros (**APP**) com Despesas Médico-Hospitalares (**DMH**) no valor de R\$ 80.000,00 por passageiro.

Entretanto, essas coberturas são incompatíveis com o mercado segurador, eis que:

i) a Tabela FIPE **não disponibiliza** o preço médio de ônibus, se limitando ao de micro-ônibus, o que **não se aplica a este certame**, impedindo a participação de companhias seguradoras;

ii) o valor fixado para cobertura APP com DMH (R\$ 80 mil) multiplicado pela quantidade de passageiros do ônibus extrapola o usualmente praticado pelo mercado, restringindo a concorrência, além de elevar, desnecessariamente, o custo de contratação.

Por isso, com o devido respeito, essas exigências comprometem o certame, sendo ilegais e restritivas, comprometendo a competitividade do certame e a seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

Merecem, pois, serem retificadas.

III – IMPUGNAÇÃO



III.a - INEXISTÊNCIA DE ÔNIBUS NA TABELA FIPE IMPOSSIBILIDADE DE COBERTURA COM ESSE CRITÉRIO

Como dito, a Tabela Fipe não disponibiliza o preço médio de ônibus, se limitando ao micro-ônibus, inaplicável a este certame.

Com efeito, o edital deve ser ajustado nesse ponto para alterar o critério de cobertura, adotando a Importância Segurada (IS) para aquele tipo de veículo.

Essa providência, cumpre observar, é imprescindível à precificação do prêmio de seguro e à elaboração da respectiva proposta, simplesmente porque (não constando da Tabela Fipe nem sendo informada a IS) não há como avaliar o bem segurado nem a indenização correspondente.



De rigor, pois, com o devido respeito, seja **informada a IS** para o ônibus, estabelecendo critério objetivo no edital, garantindo igualdade de condições aos licitantes, em atenção aos princípios que regem os processos licitatórios.

Como sugestão, indica-se o valor determinado passível de ser considerado aos veículos abaixo listados:

PLACA	VALOR DETERMINADO
AWE-8706	R\$ 230.000,00
BWA-2627	R\$ 60.000,00
ASE-1575	R\$ 170.000,00
ARA-5282	R\$ 170.000,00
ARA-2632	R\$ 170.000,00
ATP-6759	R\$ 150.000,00
ASY-8936	R\$ 150.000,00
AWP-5823	R\$ 170.000,00
BAB-3718	R\$ 140.000,00
AXO-6567	R\$ 130.000,00
BBK-6313	R\$ 190.000,00


III.b – LIMITE TÉCNICO NO RAMO DE AUTOMÓVEL APP (ACIDENTE
PESSOAIS POR PASSAGEIRO COM DMH (DESPESAS MÉDICO
HOSPITALARES)

O edital exige cobertura de Acidentes Pessoais por Passageiro (APP) com Despesas Médico Hospitalares (DMH) R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), por passageiro em todos os veículos.

Todavia, não especifica se esse valor deverá ser **(i)** rateado entre os passageiros + motorista ou **(ii)** considerado para cada um.

Com efeito, o edital merece esclarecimento nesse ponto.

Contudo, na remota hipótese desse montante (R\$ 80 mil) dever ser multiplicado pelo número total de passageiros + motorista, **o resultado será exorbitante e excessivo, sendo incompatível com o praticado pelo mercado segurador.**

 Nessa hipótese, fica, desde já, impugnado esse item, eis que a exorbitância deste valor reduzirá o rol das empresas capazes de participar da licitação, ainda que aptas a prestar o serviço licitado, restringindo o caráter competitivo do processo licitatório, afrontando o art. 3º, § 1º, I, da Lei de Licitações e negando vigência aos princípios da competitividade, vantajosidade, economicidade e finalidade da Administração em contratar.

Por isso, na remota hipótese de o valor da cobertura dever ser multiplicado pelo número total de passageiros + motorista, o que se cogita por mero argumento, é de rigor a retificação do edital para limitar o valor da cobertura de APP em **R\$ 40.000,00** (quarenta mil reais) e DMH em **R\$ 25.000,00** (vinte e cinco mil reais), em atenção ao princípio da competitividade e finalidade da licitação.

III.c – RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE E À INDENIZAÇÃO

A exigência das coberturas na forma como consta do edital é ilegal, por restringir a licitação a **seguradoras descompromissadas com o cumprimento da obrigação contratada**.

Isso, porque, na hipótese de sinistro envolvendo o ônibus, não haverá referência para a respectiva indenização já que, como dito à exaustão, a **Tabela FIPE não disponibiliza valor de ônibus**, se limitando aos **micro-ônibus**, o que não se aplica ao presente certame.

A mesma incompatibilidade ocorre no que tange às coberturas APP e DMH.



Com efeito, a manutenção dessas exigências impõe **enorme prejuízo ao erário**, seja por **afastar as seguradoras** sérias do certame, seja por **comprometer a regulação de eventual sinistro**, em detrimento dos princípios legais que regem os processos licitatórios, em especial o da **vantajosidade e economicidade**, que zelam pela congregação do maior número possível de concorrentes em prol da competitividade, a fim de obter a melhor proposta, nos termos do art. 3º da Lei de Licitações:

“art. 3º - A **licitação destina-se a** garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a **selecionar a proposta mais vantajosa para a administração** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (g.n.)



Para garantir a disputa, o §1º daquele artigo veda, expressamente, qualquer exigência que restrinja o caráter competitivo do certame:

“art. 3º, § 1º - É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou de domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato; (...).” (g.n.)

Assim, o ilustre doutrinador Marçal Justen Filho:

“A licitação busca selecionar o contratante que apresente as melhores condições para atender os reclamos do interesse público, tendo em vista todas as circunstâncias previsíveis (preço, capacitação técnica, qualidade, etc).”¹

Nessa linha, a jurisprudência:

“Visa à concorrência pública fazer com que maior número de licitantes se habilite para o objetivo de facilitar aos órgãos públicos a obtenção de coisas e serviços mais convenientes a seus interesses. Em razão desse escopo, exigências demasiadas e rigorismos inconstitucionais com a boa exegese da lei devem se arredados. (...)” (TJ/RS, in RDP 14/240)

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. EDITAL.

1. As regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa. (...) 4.

¹ Justen Filho, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 16ª ed., rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.

Segurança concedida.” (MS 5.606/DF, Rel. Ministro José Delgado, 1ª Seção, j. 13.05.98, DJ 10.08.98, g.n.)

Dessa forma, qualquer item que restrinja a participação dos licitantes contraria os princípios que regem os atos da Administração Pública, especialmente quando, como na hipótese desta impugnação, impede a participação dos interessados no certame.

Por tudo isso, sempre com o devido respeito e acatamento, o texto do ato convocatório merece reforma, a fim de excluir do edital a exigência impugnada, ampliando a disputa, como autoriza a Súmula 473/STF:

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”



V – POSIÇÃO JURISPRUDENCIAL QUANTO **À INEXISTÊNCIA DA TABELA FIPE PARA ÔNIBUS**

O entendimento jurisprudencial é pacífico em reconhecer a indisponibilidade do preço de ônibus na Tabela FIPE.

Da farta jurisprudência sobre o tema, se destacam os seguintes precedentes do **Col. Tribunal de Contas da União**:

“91. Cabe mencionar que, para a determinação do **custo de aquisição dos ônibus** urbanos e rodoviários, **foram feitas pesquisas na Internet**, tendo em vista que a



tabela Fipe disponibiliza apenas os valores de micro-ônibus.” (TCU - RP: 00132920138, Relator Bruno Dantas, j. 28.03.17, Primeira Câmara)

“37.4. Quanto à **origem do valor de referência adotado para o veículo**, cabem os seguintes esclarecimentos. Sempre que possível foram adotados os preços dos veículos fornecidos pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), os quais são obtidos a partir de visitas em mais de 320 lojas de veículos usados e concessionários autorizados, tradicionais feiras de veículos usados, principais jornais e revistas, de todo o Brasil, especializados em classificados de veículos e contatos por telefone em todo o país, constituindo o mais completo estudo no gênero. **Se tratasse de ônibus usado não disponível diretamente na tabela da Fipe, a metodologia determina que se adote como preço de mercado o valor do veículo constante da tabela de valores de referência para cobrança do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), fornecida pela Secretaria de Fazenda do Estado de Rondônia (Sefaz/RO), no ano de sua aquisição (item 1.i da Metodologia de Cálculo disponível no endereço eletrônico indicado anteriormente neste pronunciamento).**” (TCU - TOMADA DE CONTAS ESPECIAL (TCE): 02144920099, Relator Walton Alencar Rodrigues, j. 20.03.19, Plenário)



Como se vê, na linha da pacífica jurisprudência, há de ser reconhecida a indisponibilidade do preço de ônibus na Tabela FIPE, retificando o edital nesse ponto.

IV – ESCLARECIMENTOS

Sem prejuízo da impugnação aos itens acima, o edital precisa ser esclarecido os seguintes pontos, a fim de garantir a efetiva participação dos interessados.



IV.a - TROCA DE PNEUS

Em relação à previsão de "troca de pneus" contida no edital, a praxe do mercado é o fornecimento da cobertura de guincho, caso seja contratado, para levar o veículo até a oficina mais próxima, onde será realizada a troca do pneu.

Nesse caso, a companhia somente arcará com o custo, caso a troca de pneus ultrapasse o valor da franquia.

Está correto esse entendimento?

IV.b – SEGURO TOTAL PARA AS MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS



Na relação de veículos constantes do **lote 2 (tratores e retroescavadeira)**, é necessário esclarecer se as **máquinas/equipamentos serão objeto de seguro total.**

Caso positivo, é imprescindível seja **informado o valor de casco de todas as máquinas,** visto que esta categoria não existe na Tabela FIPE.

Ademais, cumpre observar, que as coberturas para **máquinas se restringem** a **casco** (desde que informado o valor) e responsabilidade civil facultativa (**RCF**) por danos materiais e danos corporais.

Está correto esse entendimento?



V – PEDIDOS

Em face do exposto, confiando no bom senso de V. Sa., solicita:

i) a retificação do edital, a fim de alterar o critério de **cobertura**, adotando a **Importância Segurada** (IS) para ônibus, ao invés da Tabela FIPE;

ii) seja esclarecido se valor previsto para cobertura APP com DMH (R\$ 80 mil) deverá ser (a) rateado entre os passageiros + motorista ou (b) considerado para cada um, restando, impugnada esta última (“b”), para limitar o valor da cobertura de APP em **R\$ 40.000,00** (quarenta mil reais) e DMH em **R\$ 25.000,00** (vinte e cinco mil reais), em atenção ao princípio da competitividade e finalidade da licitação.



iii) seja esclarecida a possibilidade de a seguradora somente arcar com o respectivo custo quando a troca dos pneus ultrapassar o valor da franquia;

iv) seja informado o valor de casco de todas as máquinas, visto que esta categoria não existe na Tabela FIPE, bem como a limitação das coberturas ao **casco** (desde que informado o valor) e à responsabilidade civil facultativa (**RCF**) por danos materiais e danos corporais.

Estes esclarecimentos alinharão o ato convocatório aos preceitos legais e às características específicas do mercado segurador, tornando o certame isonômico e legal, evitando-se grave lesão ao direito e às garantias fundamentais.



São Paulo, 10 de março de 2022.


MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

61.074.175/0001-38

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

Av. Das Nações Unidas, 14261, Andar 29, Ala A

Bairro Vila Gertrudes - CEP 04794-000

SÃO PAULO - SP



